
A ideologia e a utopia como representações simbólicas configuradoras do sistema educativo, da educação e do ensino

Manuel Tavares¹

As questões da ideologia e da utopia, nas suas relações analógicas e diferenciais, devem ser consideradas como conceitos configuradores da acção social e constituem fundamentos teóricos imprescindíveis para a compreensão das relações de poder e contrapoder, da resistência à mudança e das mudanças que atravessam, vertical e horizontalmente, o sistema educativo e os fenómenos do ensino e da educação em Portugal.

Numa sociedade, que tem sido caracterizada por um certo solipsismo, onde se aprofunda, cada vez mais, o vazio axiológico e das representações políticas, a escola, como lugar de comunicação dialógica, pode e deve ser o espaço privilegiado para uma educação projectiva e libertadora em relação a todas as tradições atávicas e ideologicamente aprisionadoras.

De facto, o sistema ideológico de uma determinada sociedade, enquanto lugar simbólico de expressão, nos seus diferentes níveis de produção, de invenção e de difusão, representa um âmbito privilegiado de confronto, de conflitualidade, mediação e conciliação no seio do qual os actores sociais enunciam os seus desejos, os seus sonhos, projectos e aspirações, tendo em vista a transformação social. Com efeito, o sistema de representação ideológica nunca é uma tradução fiel das relações sociais mas é, com frequência, uma deformação das relações sociais existentes no sentido da legitimação e preservação de uma determinada ordem social. Sendo assim, a ideologia é conservadora dado que se opõe a tudo o que pode ameaçar uma determinada ordem estabelecida. No entanto, a ideologia não pode identificar-se, apenas, com um sistema mistificador uma vez que, enquanto representação simbólica, tem uma função positiva na acção social. Nas suas múltiplas funções, a ideologia é uma interpretação da vida social e deve ser pensada numa constante tensão dialéctica com a ideia de utopia, dado que ambas constituem expressões do imaginário social.

A utopia, na sua dimensão positiva, é inovadora e tem por finalidade a criação de um sistema de representações que não está em conformidade com a ordem estabelecida. Ela refere-se a um outro tempo e a outro lugar e não a um tempo e lugar presentes. É por isso que Paul Ricoeur fala de “ucronia” quando se refere ao tempo do projecto utópico enquanto tempo refigurado pela ficção narrativa. (P. Ricoeur, 1986: p. 427)

As relações entre ideologia e utopia tipificam o que se pode designar por imaginação social e cultural. A ideologia é a imaginação enquanto retrato, na medida em que repete e justifica o que existe através de uma imagem da realidade; a utopia, por sua vez, tem a capacidade de redescrever a vida, tendo, por isso, um poder ficcional. Pode afirmar-se, então, que se a ideologia é a imaginação enquanto retrato, a utopia é a imaginação como ficção, «é sempre um olhar para um lugar que não existe.» (Ricoeur, 1989: 285)

Partindo do princípio de que o fenómeno educativo não pode subsistir sem os princípios ideológicos que, ao longo do tempo, têm contribuído para a sua estruturação e para a coesão de todos os intervenientes no sistema educativo, é nossa convicção de que ele tem vivido, sistematicamente, num conflito insuperável entre a ideologia, algo aprisionadora, e a utopia que tende a transgredir o jogo complexo das relações existentes. Não há educação sem princípios sólidos que a fundamentem, nem sem projecto, sem objectivos norteadores, nem tão pouco sem um sistema normativo que deve regular o jogo complexo de relações e inter-relações dos vários intervenientes.

A consciência do que somos, da nossa identidade colectiva, do que queremos e para onde vamos está, inevitavelmente ligada a princípios ideológicos que, na maior parte das vezes, escapa aos actores sociais intervenientes nos processos educativos. Todavia, esta consciência,

¹ Doutorado em Filosofia. Professor convidado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, na área das Ciências da Educação

configurada por uma ideologia, é, frequentemente, geradora de mecanismos que, apenas, fazem funcionar o sistema, reproduzindo e perpetuando o tipo de relações sociais existente. Preparar os jovens para o que existe, para uma realidade política, social e económica pré-definida tem sido uma das funções ideológicas do ensino.

Por outro lado, quase silenciosamente, vão emergindo dinâmicas de transformação que representam uma agressão ao presente, uma distanciação crítica em relação ao que é aceite, quase metafisicamente, como indiscutível e inalterável. Esta tendência horizontal – porque ela não vem de cima – que perpassa o sistema educativo no sentido da sua desconstrução-reconstrução e refiguração, liga-se à utopia.

Actualmente, o sistema educativo e a educação vigentes vivem numa tensão pouco dialéctica entre duas orientações ou mandatos diferentes e antagónicos: por um lado, a exigência de educar-formar para a excelência, tendo em vista a eficácia exigida pela sociedade tecnocientífica do capitalismo selvagem neoliberal e, por outro, a exigência de uma democratização profunda que supõe uma orgânica diferente do sistema educativo, novas regras de relacionamento no âmbito da comunidade educativa e novas práticas pedagógicas que promovam a criatividade, a investigação, a capacidade crítica e problematizante, competências necessárias para a assunção de uma cidadania consciente e activa.

A primeira exigência rege-se por princípios ideológicos relacionados com o pressuposto de que o único modelo de sociedade e de regime é o capitalismo e, ao mesmo tempo, o único paradigma de escola que lhe corresponde é aquele que existiu antes da massificação do ensino. Só esse, elitista na sua essência e nos seus propósitos, corresponde à economia competitiva de mercado. Chamar-lhe-emos modelo educativo regulador, glosando a terminologia de Boaventura de Sousa Santos, aplicada à Sociologia. (Santos, 2000: 29-31).

A segunda, algo tímida, democrática nos seus princípios e propósitos, procura ser integradora, multi e intercultural, tolerante em relação às diferenças que hoje existem no sistema educativo e, por outro lado, procurando, do ponto de vista axiológico, epistemológico e pedagógico dar resposta à diversidade. Chamar-lhe-emos modelo educativo emancipador, na mesma linha de Santos e de outros pensadores, tais como Habermas e mesmo Paul Ricoeur.

Ora, é no âmbito deste conflito, pouco dialéctico como dissemos, que a questão da ideologia e da utopia tem cabimento no domínio do sistema educativo e da educação.

A ideologia é, por um lado, reprodutora e perpetuadora do sistema de relações e correlações sociais existentes e, por outro, é um factor imprescindível de coesão social; a utopia, por sua vez, é uma agressão-transgressão ao e do presente, uma distanciação crítica que tem por finalidade procurar a sua transformação, mas também pode ser, na sua fragilidade e dogmatismo, um discurso patológico produtor de sistemas totalitários. Neste sentido, a ideologia e a utopia podem surgir como distorções opostas mas, a um nível mais profundo, têm funções constituintes complementares.

Ideologia e utopia são, assim, elementos que contribuem para a constituição dos laços analógicos presentes na sociedade e na história, mas possuem também uma patologia própria que acaba por obscurecer tal função. Por isso, é necessário fazer uma crítica permanente da ideologia e da utopia e tal crítica é levada a cabo pela razão prática, por uma razão que não se dissocia da realidade social existente e, no domínio educativo, como consequência, por uma crítica transversal permanente.

Na linha do pensamento de Habermas, a crítica da ideologia é sustentada por um interesse de emancipação. No entanto, também este interesse funciona sempre como uma ideologia ou uma utopia e não se afasta de outros interesses que Habermas descreve como interesses pelo domínio instrumental e pela comunicação histórica apoiada na compreensão das heranças culturais. A tarefa de uma filosofia crítica é, pois, a «de desmascarar os interesses subjacentes ao conhecimento.» (Ricoeur, 1986: 390) Efectivamente, o conhecimento da sociedade não se identifica com o conhecimento da natureza, uma vez que aquele se inscreve sempre numa relação de pertença a uma tradição cultural anterior. Por isso mesmo, o saber da crítica das ideologias está condenado a ser um saber parcial e fragmentário, um saber insular.

A reflexão sobre a ideologia e a utopia deve, do nosso ponto de vista, incluir-se no plano que, enfaticamente, se deve atribuir ao carácter situado da existência humana tendo

sempre em consideração a recapitulação crítica das heranças da tradição filosófica e os projectos de uma sociedade onde os indivíduos sejam mais livres no seio de «instituições justas» (Ricoeur, 1993: p. 25.) É neste aspecto que, com alguma pertinência, se coloca a formação das novas gerações. Formar para a assunção de uma cidadania plena é assumir outros pressupostos teóricos, quer do ponto de vista sociológico e axiológico, quer epistemológico. Formar é ter a coragem de reformar, de uma vez por todas, as reformas inacabadas que se vão tecendo numa teia sem fim ao sabor dos gostos e des-gostos ideológicos e partidários. Essa é, a nosso ver, a responsabilidade das actuais gerações, não tanto face ao presente, mas, sobretudo, face ao futuro para que, definitivamente, deixemos de ser sempre os primeiros no atraso. Esta responsabilidade constitui, efectivamente, um imperativo ético.

É, pois, neste quadro projectivo que a utopia, considerada na sua dimensão positiva, representa uma necessidade vital para os seres humanos dado que, sem ela, a sociedade não pode projectar-se no futuro. Sem dúvida, que é legítima a recusa das formas utópicas que, de algum modo, possam aprisionar o ser humano, sobretudo no que diz respeito aos direitos fundamentais; mas também é legítimo pensar em novas formas de realização do ser humano na sociedade e, particularmente, manter aberta a sociedade e a história a outras formas de discurso, a outras narrativas, ainda que, de momento, não sejam conhecidas. Ao nível social, a utopia tem, pois, esta qualidade metafórica de exploração do possível, ou seja, de fazer emergir novos horizontes de discurso e de revelar o real como acto.

Enquanto que a ideologia tende a conservar e a preservar a realidade social existente, a utopia questiona-a e revela a capacidade crítica dos grupos sociais relativamente a todos os aspectos da vida social. Ela é a expressão do inconformismo e do desejo de transformação que caracteriza o ser humano nas suas relações comunicativas. Ela é, afirma Ricoeur, «o sonho de outro modo de existência familiar, de outro modo de apropriação das coisas e de consumo de bens, de outra maneira de organizar a vida política, de outro modo de viver a vida religiosa» (1986: 427), de outro modo de educar e formar.

No domínio educativo, a dimensão utópica ou utopística, como alguns autores preferem, relaciona-se com o sonho de uma escola para todos, profundamente democrática e emancipatória, que integre e partilhe as diferenças e que a todos garanta o direito ao sucesso. Essa dimensão legítima, bem enraizada nos acontecimentos presentes, é a aposta numa educação para a tolerância, para a paz, contra a guerra e contra todas as formas de violência. A educação para a tolerância é, pois, absolutamente necessária para evitar a violência.

De facto, a partir das experiências sociais vividas ao longo da história em que a violência esteve e está presente, deve pensar-se na possibilidade de a evitar ou reduzir no futuro. A proposta de uma sociedade alternativa, a partir do questionamento radical do existente, responde a um exercício da imaginação para pensar outro modo de ser e de existir. Manter abertas as portas da esperança é, na nossa opinião, a função libertadora da utopia e é, também, a partir da escola que a esperança renasce.

Partindo das condições actuais da nossa existência colectiva, mais do que um ideal utópico irrealizável a médio ou a longo prazo, é necessário ter em conta as questões muito concretas que se colocam, no presente, à humanidade, tais como a globalização e a preservação dos fundamentos das culturas locais tendo por objectivo a diminuição da tensão entre o global e o local. Como se pode conciliar, por exemplo, a condição de cidadão do mundo com a preservação das raízes locais, a tradição e a modernidade, a mundialização da economia e as necessidades particulares? Tendo em conta que o pensamento utópico não pode ser dogmático, as reflexões sobre o futuro devem partir da contingência e da relatividade do presente e as respostas só podem ser plurais e relativas, uma vez que a construção do futuro é um caminho sempre aberto, que deve ter em conta os princípios do pluralismo, da afirmação e preservação das diferenças e da liberdade. A utopia deve, pois, aspirar a imaginar o futuro a partir das questões que o mundo actual coloca, integrando, tanto quanto possível, os aspectos positivos do passado, sobretudo os que constituem a identidade de cada uma das culturas. É por isso que o fenómeno da utopia, enquanto ficção que tem o poder de refazer a realidade, só tem cabimento através do seu entrecruzamento com a história; por outro lado, a história, enquanto interpretação, enquanto abertura ao futuro, ganha sentido ao ligar-se à utopia. O que é

verdadeiramente importante, em última análise, é que o futuro possa ser materializado em imagens simbólicas que tenham uma significação cultural própria e que não produzam uma ruptura radical com os aspectos primordiais da identidade cultural, ou seja, com o «núcleo ético-mítico» criador de uma cultura. (Ricoeur, 1990: 258) É este aspecto que pode estar em causa no fenómeno da globalização, sobretudo se este fenómeno pretender afirmar-se como uma espécie de homogeneização cultural, como um etnocentrismo global, ou, como afirma Santos, como uma localização global. (2000: 53)

A reconstrução da utopia deve ser, pensamos, uma redefinição dos modelos políticos e sociais do futuro que tenha em conta a própria redefinição da noção de identidade cultural. Parece-nos que a noção de pertença a um território, a uma história, a uma religião ou a uma raça, pode não ter cabimento no futuro. Os cidadãos são, cada vez mais, cidadãos de um mundo sem fronteiras, no qual os signos da identidade tendem a dissolver-se.

De facto, a proliferação dos meios de comunicação e de difusão da informação leva os indivíduos e os povos a estar em permanente relação e a viver um presente sem fronteiras, o que implica a aparição de uma nova cultura da comunicação que dá conta, em cada momento, dos acontecimentos mundiais à margem das referências espaço-temporais tradicionais. A virtualidade das relações sociais e económicas converte-se, assim, num fenómeno inquestionável que pode, no entanto, perverter a verdadeira relação sócio-cultural, fragmentar as culturas particulares e impedir a comunicação interpessoal, base fundamental de uma ética social. Por conseguinte, a utopia deve ser «mais um método de investigação que permita pensar criticamente o futuro, do que uma programação regulamentada do destino da humanidade.» (Ainsa, 1997: 183) Também, por isso, a utopia pode ser enganadora se não for articulada com as possibilidades que se apresentam ao homem em cada época histórica.

Para concluir, algumas reflexões sobre alguns problemas que, actualmente, atravessam o sistema educativo, a educação e o ensino no nosso país.

O discurso ideológico neoliberal, conservador que, actualmente pretende dar forma ao fenómeno educativo aponta para o conflito entre o ensino privado e o ensino público. O primeiro, capaz de responder às necessidades do mercado através de uma educação para a excelência; o segundo, essencialmente massificador é, afirmam, sustentado na mediocridade. Ora, este discurso ideológico conservador representa a tentativa de recuperação de uma concepção elitista e meritocrata da educação e o abandono do discurso democrático, sustentado no direito universal à educação, na igualdade de oportunidades e na introdução de medidas compensatórias. Trata-se de um conflito de interesses que atinge a educação e que visa a desresponsabilização do Estado e a entrega a um sector da sociedade civil das responsabilidades educativas.

De facto, o modelo educativo tradicional parece estar saturado, sobretudo no que diz respeito aos seus destinatários tradicionais. Todavia, o modelo nuclear de escola tradicional mantém-se em termos estruturais pelo seu mérito natural, na medida em que permite, ainda, ensinar a todos como se de um só se tratasse. É, pois, um paradigma educativo que se ajusta à massificação. No entanto, este modelo não pode subsistir pois a própria massificação é geradora da sua destruição. Por um lado, porque não responde às diferenças hoje existentes; por outro, porque os modelos de autoridade e de disciplina que propõem são postos em causa em função de uma heterogeneidade crescente. Não obstante, não é pela caducidade do paradigma educativo existente que se deve propor o seu contrário, ou seja, o regresso a um modelo educativo elitista e excluyente.

Os desafios que se colocam à educação prendem-se com a necessidade de ajustamento a uma sociedade que é, cada vez mais, uma sociedade do conhecimento e da informação e às novas realidades culturais emergentes, decorrentes da inserção de Portugal no espaço europeu cada vez mais amplo. Por outro lado, se a aprendizagem ultrapassa o domínio cognitivo e se o desafio que se coloca a todos os cidadãos é o de aprender ao longo da vida, a escola terá que captar outros destinatários, outros públicos já escolarizados no sentido de satisfazer aquele objectivo. Os desafios em matéria de educação situam-se, pois, entre a ideologia e a utopia, entre o literal e o metafórico. Assumir, contra os discursos elitistas, a responsabilidade da

educação e da formação dos cidadãos de todos os níveis etários é, sem dúvida, uma perspectiva que é possível, mas que ainda se inscreve no âmbito da utopia.

Conhecer as ideologias que, a todo o momento, configuram as políticas educativas faz parte da deontologia de todos os que fazem parte da comunidade educativa; produzir contra-ideologias e utopias no sentido de contribuir para que este século não dissolva o direito inalienável de todos à educação, antes o aprofunde, a uma educação e formação de qualidade, a uma educação nova suportada pelo sonho e que recuse o desalento, é uma exigência ética. A escola como espaço e lugar de emancipação, de combate de ideias, de comunicação, de formação e de afirmação das identidades e diferenças é o horizonte de esperança.

Referências Bibliográficas

- AINSA, F. (1977). *La reconstruction de la utopie*. Paris : Arcanteres.
- RICOEUR, P. (1986). *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II*. Paris : Éditions du Seuil.
- RICOEUR, P. (1990). *Historia y verdad*. Madrid: Ediciones Encuentro.
- RICOEUR, P. (1993). *Amor y justicia*. Madrid: Caparrós Editores.
- RICOEUR, P. (1989). *Ideologia y utopia*. Barcelona: Gedisa.
- SANTOS, B. S. (2000). *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.